

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO I - SUPLEMENTAÇÃO				
R\$				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL			
45103	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
06.181. 0561. 2902	POLICIAMENTO OSTENSIVO E PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA			
	Material de consumo; Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica;	3.3.90	1500	8.005.473,75
TOTAL				8.005.473,75

CRÉDITO SUPLEMENTAR - ANEXO II - ANULAÇÃO				
R\$				
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	NATUREZA	F	VALOR
45	SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANCA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL			
45103	POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO			
06.122. 0027. 1097	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO E PROCESSO SELETIVO	3.3.90	1500	1.209.294,61
06.181. 0561. 1780	CONSTRUÇÃO, ADEQUAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DAS UNIDADES DE SEGURANÇA PÚBLICA	3.3.90	1500	1.796.179,14
TOTAL				3.005.473,75

ANEXO II - EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			
R\$			
ESPECIFICAÇÃO	ESFERA	F	VALOR
RECEITA NÃO VINCULADA A ORGÃOS			
1 - Receitas Correntes	F	1500	5.000.000,00
17 - Transferências Correntes	F	1500	5.000.000,00
171 - Transferências da União e de suas Entidades	F	1500	5.000.000,00
1711 - Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	F	1500	5.000.000,00
171150 - Cota-Parte do Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal - FPE	F	1500	5.000.000,00
			5.000.000,00

Protocolo 1653835

## Assuntos Governamentais

## PORTARIA CBV Nº 007, DE 16 DE OUTUBRO DE 2025.

Dispõe sobre o uso do meio eletrônico para a interação do cidadão com CONSÓRCIO INTERESTADUAL SOBRE O CLIMA - CONSÓRCIO BRASIL VERDE e a autuação e tramitação de processos administrativos.

O Presidente do CONSÓRCIO INTERESTADUAL SOBRE O CLIMA - CONSÓRCIO BRASIL VERDE, no uso das atribuições que lhe confere o Protocolo de Intenções em sua Cláusula Vigésima Segunda, inciso V,

## RESOLVE:

**Art. 1º** Fica estabelecido o uso do meio eletrônico para a realização de processo administrativo no âmbito Consórcio Interestadual sobre o Clima - Consórcio Brasil Verde.

**Art. 2º** A implementação das medidas instituídas por esta Portaria visa:

**I** - Assegurar a eficiência, a eficácia e a efetividade da ação governamental e promover a adequação entre meios, ações, impactos e resultados;

**II** - Promover a utilização de meios eletrônicos para a realização de processos administrativos com

segurança, transparência e economicidade;

**III** - Ampliar a sustentabilidade ambiental, com o uso da tecnologia da informação e da comunicação;

**IV** - Facilitar o acesso do cidadão às instâncias administrativas; e

**V** - Criar normas e dispositivos que garantam o cumprimento da Lei Federal nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, e racionalizem atos e procedimentos administrativos.

**Art. 3º** Para o disposto nesta Portaria, consideram-se as seguintes definições:

**I** - Documento - unidade de registro de informações, independentemente do formato, do suporte ou da natureza;

**II** - Documento digital - informação registrada, codificada em dígitos binários, acessível e interpretável por meio de sistema computacional, podendo ser:

**a)** Documento nato-digital - documento criado originariamente em meio eletrônico; e

**b)** Documento digitalizado - documento obtido a partir da conversão de um documento não digital, gerando uma fiel representação em código digital;

**III** - Processo administrativo eletrônico - aquele em que os atos processuais são registrados e disponibilizados por meio eletrônico;

**IV** - Assinatura eletrônica - as seguintes formas de identificação inequívoca do signatário:

**a)** Assinatura digital baseada em certificado digital emitido por Autoridade Certificadora credenciada, na forma de lei específica; ou